

Quando a avaliação se torna prioridade política, a educação para a igualdade deixa de o ser: políticas de género e TIC na era da globalização

MARIA CUSTÓDIA JORGE ROCHA

Instituto de Educação – Universidade do Minho
mrocha@ie.uminho.pt

Resumo: Apesar de as raparigas e de as mulheres não estarem em igualdade de circunstâncias em relação aos homens no acesso à informação - e às redes - na sociedade e na economia do conhecimento que consubstanciam a era da globalização e de não estarem em igualdade de circunstâncias nos cursos de ciência e tecnologia e no mercado de trabalho TIC, as políticas educativas têm concentrado a sua atenção e os seus discursos nas exigências da “sociedade em rede” e, sobretudo, da “economia informacional/global”. Assim, a nível internacional, comunitário e nacional, o peso destas políticas instrumentais tem vindo a desfavorecer a educação/formação das raparigas e das mulheres para a igualdade de género em TIC e a dar prioridade à consolidação de um tipo de avaliação que prima pela aferição e comparação internacionais e intra-nacionais dos produtos educativos multimédia existentes. Assim sendo, são escassos os projectos e as medidas concretas destinadas à detecção e anulação dos estereótipos de género que continuam a proliferar no âmbito género/TIC, tanto a nível do estudo das representações de género nos produtos multimédia ou na construção desses produtos, como a nível geral. Neste texto, discutem-se os princípios e as consequências de uma política educativa assim globalmente formulada e assim dessiminada nos sistemas educativos nacionais, nomeadamente em Portugal.

Palavras-chave: Avaliação, Educação, Formação, Género, Tecnologias da Informação e Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

A era da globalização constitui-se em novas formas e visões do mundo, numa “sociedade em rede”, numa “economia informacional/global” e numa “cultura da virtualidade real”. Esta nova era, embora vivenciada de diversas formas por actores e instituições e consolidada por diversos mecanismos e processos de actuação tende, contudo, à uniformização e à homogeneização, muito por via da avaliação padronizada dessas mesmas formas e processos de actuação.

Pese embora todas as oposições e resistências a este novo mundo em rede, um mundo que se começou a desenhar “no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos *independentes*: revolução da tecnologia da informação; crise económica do capitalismo e do estatismo e a consequente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais e culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo” e, pese embora muitas recusas de homogeneização, o certo é que se tem vindo a afirmar “uma nova estrutura social dominante” assente em novos processos de reestruturação socioeconómica em muito facilitados pelas tecnologias de informação e comunicação. De facto, “as novas tecnologias da informação desempenharam papel decisivo ao facilitarem o surgimento desse

capitalismo flexível e rejuvenescido, proporcionando ferramentas para a formação de redes, comunicação à distância, armazenamento/processamento de informação, individualização coordenada do trabalho e concentração e descentralização simultâneas do processo decisório” (Castells, 1999: 411-439). E, como tudo leva a crer, “a economia global expandir-se-á no século XXI, utilizando-se de progressos substanciais em telecomunicações e informática. Penetrará todos os países, todos os territórios, todas as culturas, todos os fluxos de comunicação e todas as redes financeiras em uma exploração contínua do planeta à procura de novas oportunidades de geração de lucros. Entretanto essa tarefa será selectiva, conectando segmentos valiosos e descartando locais e pessoas inúteis e não-pertinentes” (*idem*).

A avaliação joga um papel fundamental no processo de selecção do valioso e de afastamento do não pertinente. Organizações internacionais tais como o International Educational Assessment (IEA), o American National Center of Educational Statistics (NCES), a OCDE e o Banco Mundial, entre outras, compartilham uma visão globalizada da educação enquanto instância cujos sistemas devem ser sujeitos a critérios tais como os de excelência, qualidade e eficácia para se poderem instituir como válidos e nos quais os actores devem ter desempenhos que se inscrevam nas categorias de “excelente” e de “muito bom” para ser considerados pertinentes – é esta pois a função da avaliação na era da globalização: a selectividade e, daí, a sua importância num mundo onde se tem vindo a formatar uma “nova estrutura social dominante”, em muito facilitada pelas TIC.

Veja-se, a este propósito, que se tem vindo a consolidar um *corpus* de trabalhos académicos em que se revelam preocupações acerca do grau de influência das tecnologias na vida das pessoas, alertando para a “cultura de conformidade” que estas propiciam. Estes trabalhos primam por mostrar como as tecnologias se podem tornar um poderoso agente de controlo social, como os governos e algumas organizações controlam grande parte do fluxo das telecomunicações no mundo, em suma, como se opera à monopolização das estruturas globais de informação e comunicação e como tudo isto constitui um desafio muito concreto para as mulheres e para o processo democrático das sociedades (Franklin, 1990).

Neste texto, a partir da pesquisa bibliográfica e da consulta documental, pretendemos fazer uma análise crítica das políticas educativas que, no contexto internacional e, sobretudo, na União Europeia e em Portugal, se têm produzido sobre a problemática género/TIC. Tentaremos mostrar como estas políticas estão enformadas por vários discursos e como as mesmas assentam em várias prioridades na era da globalização, numa era em que tecnologia, avaliação e poder se apresentam em íntima articulação.

2. AS POLÍTICAS EDUCATIVAS GÉNERO/TIC – QUANDO A GLOBALIZAÇÃO EXIGE CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E EMPREGO

O lançamento de uma política europeia no domínio da sociedade da informação ocorreu nos anos 90, nomeadamente na sequência do *Livro Branco – Crescimento, Competitividade e Emprego. Os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI* (1993). Neste *Livro Branco* da Comissão Europeia, sublinhava-se a importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, nomeadamente no mercado de trabalho e também se sublinhava a importância da sociedade da informação como chave para o futuro crescimento económico, a competitividade, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida. Contudo, neste mesmo documento não se estabelecia uma relação directa entre as novas oportunidades de trabalho para as mulheres e as novas tecnologias de informação e comunicação.

Não tardou muito, no entanto, e na sequência dos propósitos constantes na *Declaração de Pequim adoptada pela Quarta Conferência Mundial sobre as mulheres: Acção para igualdade, Desenvolvimento e Paz* (1995) para que os estados-membros introduzissem e prosseguissem orientações políticas (mais do que medidas activas) destinadas a incentivar a participação das raparigas nos domínios técnicos e tecnológicos, a todos os níveis de escolaridade, mas sobretudo no ensino superior, tentando assim colmatar a já tão bem detectada relação deficitária Género/TIC e o impacto desta relação deficitária no âmbito do crescimento e da competitividade económica.

Veja-se que, na União Europeia, e logo nos finais dos anos 80 do século XX, se difundiam indicadores e se consolidavam orientações

políticas “procurando orientar as raparigas para áreas-chave das novas tecnologias; incentivar uma maior participação das raparigas nos vários sistemas de formação profissional inicial fora do sistema de ensino, nomeadamente de aprendizagem, diferentes dos que prepararam para certas profissões ditas «femininas», e adaptar ou suprimir, se for necessário, tipos de formação para mulheres que não ofereçam qualificações profissionais reais ou levem a profissões superlotadas” (*Recomendação sobre Formação Profissional de Mulheres*, 1987: s/p).

É, contudo, nos finais dos anos noventa que, com maior insistência por parte da União Europeia, se começa a advertir para a necessidade de se prestar especial atenção ao acesso às TIC por parte das raparigas e das mulheres como forma de, através da educação e da formação, se poder enfrentar os desafios do crescimento e da competitividade económica. Trata-se aqui de um período de produção de documentos políticos, onde a educação/formação das mulheres em TIC são vistas como fundamentais para que estas fiquem capacitadas para as novas configurações que o trabalho e o emprego adquiriram numa “sociedade em rede”, numa “economia informacional/global”, em suma num contexto económico e social em mutação e a precisar de mão-de-obra qualificada em TIC (*Livre Vert – Vivre et Travailler dans la Société de l’information: Priorité a la Dimension Humaine*, 1996 e *Rapport Construire la Société Européenne de l’Information pour Tous*, 1997).

3. AS POLÍTICAS EDUCATIVAS GÉNERO/TIC – QUANDO A GLOBALIZAÇÃO EXIGE CRESCIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL

No início do século XXI, as políticas de género para o âmbito das TIC são reforçadas e pensadas enquanto elemento de base do desenvolvimento económico sustentável. No *Conselho Europeu de Lisboa* (2000), e com a *Estratégia de Lisboa*, graças ao previsto impacto das TIC, a União Europeia atribuiu-se um “novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social [...]” (*Conselho Europeu de Lisboa*, 2000: 2).

No seguimento da Estratégia de Lisboa e, especificamente, da *Comunicação sobre Parâmetros de Referência Europeus para a Educação e a Formação: Seguimento do Conselho Europeu de Lisboa* (2002: 4), com a qual se estipula que “Até 2010, todos os Estados-Membros deverão reduzir, no mínimo, para metade os níveis de desigualdade entre homens e mulheres diplomados nas áreas da Matemática, Ciências e Tecnologias, e assegurar um aumento significativo do número total de diplomados em relação ao ano 2000”, surgiram muitos documentos políticos sobre a problemática Género/TIC, aludindo-se, em quase todos eles, ao fosso existente entre o género e as TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho. É pertinente verificar que, na altura, se tinha a preocupação de estrategicamente informar que “As mulheres representam menos de 20% do número total de estudantes de informática e apenas 14,5% dos jovens empresários no domínio multimédia, apesar de o V Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da UE estabelecer uma percentagem mínima de 40% para cada género [...]. Em comparação com os homens, uma proporção substancialmente maior de mulheres participa em programas mais práticos, orientados para o emprego, em lugar de programas mais teóricos ou de investigação que dão acesso a profissões que exigem habilitações mais elevadas. A formação em matéria de redes de TI e de programação de computadores é dominada por homens. As mulheres estão limitadas aos programas de tratamento de texto que as preparam para funções de secretariado [...]. A sub-representação das mulheres nos sectores da ciência e das TIC impede a realização dos objectivos estabelecidos em Lisboa [...]” (*Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão sobre as mulheres na nova sociedade da informação*, 2003: s/p).

É nesta linha política que, também pela mesma altura, o Parlamento Europeu através da *Resolução sobre o Futuro da Estratégia de Lisboa, na Perspectiva do Género* (2004), “[...] “solicita aos Estados-Membros que promovam uma orientação escolar focalizada na diversificação das escolhas profissionais das jovens, de modo a assegurar-lhes melhores oportunidades no mercado de trabalho [...], sublinha a necessidade de intensificar a formação profissional das mulheres no domínio das novas

tecnologias e a sua participação em programas de investigação e de tecnologia, permitindo-lhes tornarem-se mais competitivas no mercado de trabalho e colmatar parcialmente o fosso existente actualmente entre os sexos no plano da qualificação tecnológica e científica [...]” (*Jornal Oficial da União Europeia*, 24.11.2006: 326-327).

Contudo, e haverá que dizê-lo, os ímpetus políticos da igualdade de género no domínio das TIC ficam minorizados se atendermos, numa primeira análise, ao conteúdo discursivo que perpassa nesses documentos políticos e em várias orientações políticas para a acção. É que, a partir de então, a igualdade de género em TIC é perspectivada, fruto da expressão e implementação das medidas neoliberais, já não como elemento prioritário para a construção da *sociedade da informação* (elemento tantas vezes estrategicamente referenciado em diversos documentos) mas como factor imprescindível para o incremento da competitividade da economia europeia e para o desenvolvimento económico sustentável na era da globalização.

A educação/formação em TIC para a economia produtiva em detrimento da educação/formação em TIC para a participação na “sociedade da informação e do conhecimento”, isto é, a passagem abrupta de uma “sociedade do conhecimento” para uma “economia do conhecimento” (Rocha, 2009a) adquire dimensões políticas e práticas que não podem deixar de ser questionadas.

No início do século XXI, com a *Declaração de Princípios: Construir a Sociedade da Informação: um Desafio Global no Novo Milénio* (2003) da Organização das Nações Unidas, delineia-se uma política global no âmbito da problemática género/TIC. Afirma-se nesta *Declaração de Princípios*, explicitamente, que “o desenvolvimento das TIC proporciona enormes oportunidades às mulheres, que devem ser parte integrante da sociedade da informação e do seu grupo de actores chave. Temos o compromisso de garantir que a sociedade da informação possibilite o fortalecimento das mulheres e sua plena participação, com base na igualdade em todas as esferas da sociedade e nos processos de tomada de decisão. Portanto, devemos incluir uma perspectiva de igualdade ente os géneros e o uso das TIC como uma ferramenta para este fim” (*Declaração*

de Princípios: Construir a Sociedade da Informação: um Desafio Global no Novo Milénio, 2003: 2-3).

Conquanto assim seja, a tão apregoada *e-inclusão* das mulheres na sociedade da informação não consta explicitamente em alguns documentos de base e em alguns dos Relatórios de Acompanhamento do impacto das consagrações políticas a nível europeu¹, devendo aqui mencionar-se o quão estranho este facto poderia parecer, caso não tivéssemos em conta a racionalidade instrumental que está inerente à lógica de produção das políticas género/TIC: Trata-se de uma produção de medidas políticas educativas de teor economicista nas quais se contemplam binómios como: “e-Inclusion and sustainable development” e “education and culture-sharing – sustainable development and the information society” (ACIDD, 2007), sendo que também os grandes eventos TIC se organizam em torno de áreas temáticas tais como “Communication pour le développement durable”; Internet, développement durable et nouvelles technologies - TIC21”; “Internet, pour éduquer au développement durable: Programme Campus TIC21” (ACIDD, 2008).

A racionalidade instrumental inerente às políticas género/TIC, a que acima aludimos, tende a fortalecer-se cada vez mais, pese embora as conclusões patentes em investigações empíricas, tais como: “as mulheres estão particularmente representadas em algumas das modalidades flexíveis de emprego”. E, mesmo quando exercem a profissão de quadros

¹ É o que acontece, precisamente, na *Comunicação eEurope - Sociedade da Informação para Todos* (1999); no *Relatório Pensar o Futuro da Educação - Promover a Inovação através das Novas Tecnologias* (2000); na *Comunicação eEurope 2002 - Sociedade da Informação Para Todos* (2001) que consubstancia o *Plano de Acção eEurope 2002* (2000); no *Relatório sobre os Objectivos Futuros Concretos dos Sistemas Educativos* (2001); no *Relatório Para uma Europa do Conhecimento – A União Europeia e a Sociedade da Informação* (2003); na *Comunicação eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação Para Todos* (2002); no *Programa eLearning para a Integração Efectiva das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos Sistemas Europeus de Educação e Formação 2004-2006* (2003); na *Comunicação da Comissão Relativa à Agenda Social* (2005) que se prolonga até 2010 e que tem como lema “Uma Europa social na economia global: empregos e oportunidades para todos”; na *Comunicação Desafios da Sociedade da Informação Europeia pós-2005* (2004) e ainda, entre outros, na *Comunicação i2010 - Uma Sociedade da Informação Europeia para o Crescimento e o Emprego* (2005).

superiores nos mesmos termos que os homens no sector TIC, “subjaz uma linha de género: as mulheres são claramente menos remuneradas, usufruem de menos benefícios e tendem a dirigir departamentos colaterais, cujas funções estão frequentemente associadas a atributos femininos (como é o caso do *marketing*, da comunicação empresarial e dos recursos humanos), mas só raramente dirigem áreas estratégicas (e.g. coordenação de I&D, gestão/direcção de unidades de negócios; gestão/direcção de projectos)” (Casaca, 2005: 622).

Desta feita, podemos afirmá-lo, as advertências feitas nas *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Nice* (2000) de que “serão necessárias alterações na organização do trabalho a fim de aproveitar plenamente o potencial das tecnologias da informação e da comunicação” e que “há que combinar flexibilidade e segurança no contexto de uma economia em mutação” têm vindo a redundar em maior flexibilidade e desigualdade para as mulheres e maior segurança e oportunidade para os homens na era da globalização.

4. AS POLÍTICAS EDUCATIVAS GÉNERO/TIC – QUANDO A GLOBALIZAÇÃO EXIGE COMPARAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O cenário acima exposto permanece actual mas está agora a ser remodelado a partir de novos discursos políticos com os quais os desafios da *Sociedade de Informação europeia para o crescimento e emprego* e os desafios em torno da *Sociedade da Informação Para Todos* se encontram ofuscados por omissões de base, que não nos parecem fortuitas, e por uma defesa global, mais ou menos explícita, de que esses desafios se devem agora concentrar na recolha e comparação de indicadores e de dados do que até agora foi conseguido com as políticas de igualdade em género/TIC.

Esta preocupação que se manifesta a nível da educação em geral, e que se encontra bem patente no documento da *Comissão Europeia* (2000). *Os Números-chave da Educação na Europa* (1999/2000), tem vindo a fortalecer-se cada vez mais e a integrar os “indicadores Educação/TIC”, tais como os que se encontram no documento da Eurydice (2004): *Chiffres clés des technologies de l'information et de la communication à l'école en Europe – Édition 2004*, na tentativa de consolidação de uma “cultura

global da avaliação” que permita detectar a “qualidade da educação” através de critérios numéricos. A necessidade de “incitar, em especial, as jovens a escolherem matérias científicas/tecnológicas no ensino primário, secundário e superior” (*Comunicação sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa*, 2002: 12) faz parte, então, de uma démarche política global que se institui com grande força na União Europeia onde há muito se defende que: “Améliorer la qualité de l'éducation grâce aux technologies du multimédia et d'Internet est une des priorités de la coopération européenne [...]. Ces ambitions figurent parmi les objectifs prioritaires que se sont fixés les systèmes d'éducation et de formation des pays de l'Union européenne d'ici 2010 dans le cadre du suivi de la stratégie de Lisbonne” (Eurydice, 2004: 3).

A União Europeia possui uma grande agenda política sobre Género e Tecnologias da Informação e da Comunicação. Esta agenda política, nem sempre clara e repleta de omissões de base, inscreve-se no quadro geral de necessidade do incremento da competitividade da economia europeia através da educação/formação das mulheres em TIC (Rocha, 2009a). Daí a necessidade, cada vez mais crescente, de sinalização de indicadores, de números-chave, de parâmetros, de objectivos estratégicos a alcançar. Veja-se que, por exemplo, na *Declaração de Riga – Internet for All: EU Ministers Commit to an Inclusive and Barrier-free Information Society* (2006), os ministros da UE se comprometeram, através da delineação de metas claras, a: diminuir para metade o fosso existente na utilização da Internet e na literacia digital e tornar os sítios Web públicos 100% acessíveis em 2010, até porque “estas metas poderão produzir benefícios de 35 a 85 mil milhões de euros em cinco anos” (s/p).

Não admira, assim, que na *Comunicação Iniciativa Europeia i2010 sobre Info-Inclusão “Participar na Sociedade da Informação”* (2007: 3) se proponham medidas exclusivamente relacionadas com a utilização da Internet com isto se pretendendo: “reduzir para metade as disparidades entre o grosso da população da UE e os idosos, pessoas com deficiência, mulheres, grupos com baixo nível de formação, desempregados e regiões ‘menos desenvolvidas’”. É que as metas numéricas conformam-se às demandas económicas das organizações que controlam a sociedade do

conhecimento. Por isso, bem recentemente tem-se vindo a encarar “*A Igualdade dos Géneros como Boa Economia*” e tem-se defendido que “São precisos cada vez mais e melhores estatísticas e indicadores de género para se aperfeiçoar os estudos analíticos – um motor essencial das operações do Banco Mundial” (World Bank, 2006: 4).

Assim se percebe como relatórios internacionais se possam intitular “Gender and Accountability” (Unifem, 2008) e nos apresentem, sobretudo, os resultados obtidos pelas políticas da igualdade de género, em termos numéricos, numa lógica de prestação de contas, deixando de fazer referência às condições não cumpridas da igualdade, apontando os benefícios económicos da utilização da Internet e do acesso “público” aos sítios Web. Contudo, deixa-se de explicar, nestes documentos, que os benefícios, a ocorrer, certamente que não se consolidarão em termos de benefícios para as mulheres, uma vez que em todos os países da União Europeia e em todos os grupos etários: “Men use computers more often than women; Men also use the internet more than women; More men than women have basic computer skills. Relatively many more men than women are employed in computing jobs” (Eurostat, 2007: 6).

Em Portugal, os discursos políticos sobre a problemática género/TIC ancoram-se numa racionalidade educativa instrumental que, não sendo exclusiva do nosso país, como vimos, também não tem em consideração a imaturidade das políticas género/TIC no contexto nacional. De facto, em Portugal, em documentos tais como o *Programa Ligar Portugal* (2005) que “*é um dos vectores estratégicos do Plano Tecnológico do XVII governo [...], programa que surge como “uma nova acção política de mobilização para a Sociedade de Informação em Portugal [...]*” e que pretende responder “*aos desafios colocados pela recente iniciativa “i2010 – Sociedade de Informação Europeia para o crescimento e emprego” da Comissão Europeia*” (2005) não se faz qualquer alusão à relação deficitária género/TIC. Da mesma forma, no *Relatório da Comissão Europeia intitulado Realização das estratégias de educação e de formação ao longo da vida na Europa: Resposta ao questionário da Comissão – PORTUGAL* (2003) não há qualquer preocupação em se referir a problemática do género e em se falar na sub-representação das mulheres precisamente no sector das TIC.

Se o estado da arte política na União Europeia e em Portugal no que respeita o Género e as Tecnologias da Informação e Comunicação já se encontra retratado (Rocha, 2009b), não será por demais relembrar que, especificamente no nosso país, as políticas educativas para a igualdade de género em TIC ora são formuladas de forma demasiado genérica, como a leitura do *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (1997) o permite confirmar, ora nem sequer constam em documentos onde deveriam constar, como acima dissemos, ora assentam na necessidade de prossecução de metas numéricas estabelecidas no início do século XXI, precisamente no momento em que o contexto internacional e a União Europeia o começaram a exigir, mas esquecendo a especificidade de um país que não tinha qualquer política delineada nem tão pouco nenhum projecto concebido para tentar colmatar a relação deficitária Género/TIC e os seus impactos nos percursos escolares das raparigas e na situação laboral das mulheres.

Fruto da racionalidade educativa instrumental a que acima aludimos, o governo português, exaltando os efeitos benéficos do *Plano Tecnológico da Educação* (2007), e simplesmente nele definindo como objectivos para 2007-2010 aumentar o número de ligações à Internet em banda larga de alta velocidade (de 4 Mbps em 2007 para ≥ 48 Mbps em 2010) e a percentagem de docentes com certificação em TIC (pretendendo-se uma percentagem de 90% em 2010), fez uma ultrapassagem em linha contínua e, de rompanete, alinou, também no que às TIC diz respeito, nos novos objectivos estratégicos revestidos de dinamismo, competitividade, flexibilidade e, obviamente, avaliação de resultados, neste caso avaliação do que nunca tinha sido feito antes mas que, à pressa, se pretendia fazer, tal como: “Incluir conteúdos nos domínios das TIC em 50% das acções de formação contínua, com um mínimo de 20 horas e com um peso na duração das acções de pelo menos 10%, nas quais importa promover a participação equilibrada de homens e mulheres [...]” (*Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2001-2003*, 2001: s/p).

Em Portugal, esta política numérica tem permitido a apresentação de resultados, estatisticamente mensuráveis, que tanto revelam que “Embora esteja longe de se poder afirmar um afastamento das mulheres portuguesas face a este novo recurso [internet], as diferenças são estatisticamente

significativas. A taxa masculina de utilização da internet ronda os 34%, a feminina é inferior em dez pontos percentuais. Tal desigualdade manifesta-se em todos os escalões etários, ainda que seja ligeiramente menos relevante entre os jovens dos 15 aos 25 anos” (Cardoso, Costa, Conceição e Gomes, 2005: 142), como apontam para uma maior adesão do género feminino, por exemplo, às e.iniciativas tais como e.escola, e.oportunidades e e.professor (ANACOM, 2009).

E, embora se tenha vindo a delinear objectivos estratégicos, de entre os quais: “Promover o Associativismo Empresarial de Mulheres, nomeadamente através do desenvolvimento de redes de produtos e serviços, utilizando as novas tecnologias como forma de criação de parcerias nacionais e internacionais, divulgação de práticas promissoras na área do empreendedorismo e divulgação de apoios [...]; Reforçar a realização de acções de formação ao longo da vida, nomeadamente em tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), para uma maior capacitação das mulheres face às condições do mercado de trabalho” (*III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género* 2007-2010, 2007: 24-25), pensamos que os planos de acção nos quais se inscrevem objectivos estratégicos como os anteriormente referenciados poderão não ter a consequência que neles se advoga: *Igualdade de Género em TIC*, se não se tiver em consideração que não basta ter acesso às TIC e, especificamente à internet, para se prosseguir estudos no âmbito das TIC e para nelas se ter sucesso profissional.

Um estudo recente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior intitulado – *Oferta e Procura de Formação em TIC no Ensino Superior* [1999-2000 a 2009-2010] (2010) reafirma as disparidades de género em TIC, em Portugal, no Ensino Superior, através de dados que, de entre todos os que aí nos são apresentados, e para efeitos de comparação, seleccionamos os relativos aos anos lectivos de 1999/2000, 2000/2001, 2005/2006, 2008/2009 e 2009/2010:

TABELA I - Evolução da distribuição percentual do número de inscritos (1.ª vez) em TIC por ano lectivo e género

Género	1999/2000	2000/2001	2005/2006	2008/2009	2009/2010
Masculino	83,1%	82,4%	82,3%	83,4%	84,0%
Feminino	14,9%	17,6%	17,7%	16,6%	16,0%

TABELA II - Evolução da distribuição percentual do número de inscritos em TIC por ano lectivo e género

Género	1999/2000	2000/2001	2005/2006	2008/2009	2009/2010
Masculino	82,0%	83,0%	84,1%	85,0%	85,2%
Feminino	18,0%	17,0%	15,9%	15,0%	14,8%

TABELA III - Evolução da distribuição percentual de diplomados em TIC por ano lectivo e género

Género	1999/2000	2000/2001	2005/2006	2008/2009	2009/2010
Masculino	73,8%	74,0%	77,2%	80,9%	---
Feminino	26,2%	26,0%	22,8%	19,1%	---

Estando as raparigas sub-representadas nos cursos superiores em TIC e, consequentemente, havendo muito menos mulheres diplomadas nesta área de estudos, fácil se torna “traçar o perfil tipo do trabalhador TIC em Portugal. É uma força de trabalho que apresenta uma clara tendência de reforço da já elevada taxa de participação masculina, com uma estrutura etária muito jovem e com tendência para um progressivo rejuvenescimento, e que se destaca pela contratação preferencial de trabalhadores com

elevados níveis de habilitações. Em suma são estas as características base da mão-de-obra que faz do sector TIC um dos mais produtivos da economia portuguesa, capaz de conceder aos seus trabalhadores uma remuneração média mensal muito superior à média nacional” [...] (Nunes, 2004: 63).

5. AS POLÍTICAS EDUCATIVAS GÉNERO/TIC – UMA CRÍTICA ÀS EXIGÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

Num contexto em que o fosso género/TIC no ensino superior é muito acentuado, com as repercussões nefastas que este facto adquire em contextos de trabalho, têm-se produzido orientações políticas que vão em contra-mão. É que ao invés de se propor, em termos políticos, e através de projectos relevantes, que se comece a incentivar e incrementar medidas concretas destinadas a erradicar os estereótipos de género que continuam a proliferar no âmbito género/TIC, começando desde logo pelas representações de género nos produtos multimédia ou na construção desses produtos, mas não só, tem-se vindo, no oco, a fazer referência a objectivos estratégicos que, pese embora as boas vontades, não poderão ser alcançados sem uma educação e formação de base em Género/ TIC, devidamente concebida, e que, efectivamente, capacite as raparigas e as mulheres para se integrarem na sociedade da informação e nas novas configurações do trabalho.

A não ser assim, as orientações políticas, traduzidas em vagas medidas operatórias, não passarão, como em outro lugar já dissemos, de “novos discursos que, apoiados por novos critérios de racionalidade instrumental, tendem a menosprezar as novas formas de desigualdade entre os homens e as mulheres e as novas formas de discriminação digital e social” (Rocha, 2009a: 10). É que estes discursos políticos podem até ter como meta “colocar Portugal entre os cinco países europeus mais avançados em matéria de modernização tecnológica das escolas até 2010” e melhorar a economia do nosso país mas falharão, certamente, na pretensão de preparar as nossas crianças e jovens para uma sociedade do conhecimento e para uma economia do conhecimento desgenerizadas.

A capacitação das raparigas e das mulheres para integrar a sociedade do conhecimento, agora transformada numa economia do conhecimento, exige outras formas de actuação que não só as contáveis, exige formas de actuação que se repercutam em novas visões do mundo tecnológico: um mundo onde estejam diluídos os estereótipos de género. E, para isso, obviamente que não bastam equipamentos, serão necessárias competências e conhecimentos que não recaiam exclusivamente sobre a forma como lidar com os equipamentos e sobre a forma como se pode trabalhar com os programas informáticos.

Veja-se, a este propósito que se “a investigação internacional sobre as questões de género no mundo das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) tem já um longo caminho percorrido”, apesar de simplesmente ter recaído em “exemplos de itens de avaliação de recursos educativos informatizados relacionados com as questões de género” (Silva e Ferreira, 2007: 61). Em Portugal, essa investigação começa a dar agora os seus primeiros passos, tornando-se “assim, especialmente relevante a existência de linhas de orientação que integrem as questões de igualdade de género na concepção e desenvolvimento de recursos educativos informatizados. A qualidade da aplicação dessas linhas de orientação nas diversas fases do ciclo de vida dos produtos, nomeadamente nas fases de concepção e desenvolvimento, avaliação e utilização, implica a formação de recursos humanos e a ampla divulgação dos trabalhos desenvolvidos” (Silva, 2006: 22), assim como implica a educação e a formação de base em igualdade de género.

Contudo, os projectos concebidos para a diluição dos estereótipos de género em TIC não têm merecido especial atenção no nosso país assim como em outros. A existirem², não têm surtido os seus efeitos, uma vez que

² Elementos recolhidos do documento da Eurydice (2007): *O Ensino das Ciências nas Escolas da Europa - Políticas e Investigação* mostram como já foram desenvolvidos alguns projectos no âmbito das “Ciências na Educação”, alguns destes integrando a perspectiva de género: Apontamos alguns exemplos: *Relevance of Science Education Project* (ROSE), dirigido por C. Schreiner e S. Sjöberg da Universidade de Oslo (<http://www.ils.uio.no/forskning/rose/>); *Science for All Americans* (AAAS 1989, NRC, 1996); *Science in the New Zealand Curriculum* (Ministério da Educação, 1993); *The English National Science Curriculum* (www.curriculumonline.gov.uk); *The Pan Canadian*

“os muitos inquéritos nas relações entre as mulheres e a tecnologia conduzidos em países ocidentais e não ocidentais durante a última década mostraram a necessidade de quebrar o estereótipo infundado de uma distância entre a mulher e a tecnologia [...]. E mais, quando olhamos para os cursos oferecidos a mulheres adultas vemos que nunca são abordados assuntos como “wearable computing”, ligações entre pessoas e artefactos na co-construção de identidades, múltiplas e diferenciadas identidades, penetração das tecnologias de informação nos objectos e contextos do dia-a-dia, etc. Estes são alguns dos temas ‘reservados’ aos designados ‘experts’, mas que estão longe do esquema clássico educativo previsto para as mulheres. Os cursos de literacia em 2007 são na sua grande maioria e frequentemente baseados nos mesmos princípios de há dez anos atrás” (Bencivenga *et al.*, 2008: 13).

Assim, se é certo então que a avaliação joga um papel fundamental no processo de selecção do valioso e de afastamento do não pertinente, teremos que compreender que um tipo de avaliação que simplesmente resulte da aferição e comparação do acesso aos equipamentos, serviços e infraestruturas tecnológicas tem vindo a ser nefasta para as raparigas e para as mulheres, considerando o produto TIC como valioso e negligenciando a educação e a formação em género/TIC.

Science Project (Concelho dos Ministros da Educação, 1997) e *PISA* (OCDE, 2001); “*Labwork in Science Education*” (Séré 2002); “*Science Teacher Training in an Information Society*” (Pinto 2005). Especificamente no sector das TIC e com a integração específica da perspectiva de género, uma consulta da página Web da *Equal* (ec.europa.eu/employment_social/equal/activities/etg4_fr.cfm) permite-nos apontar um ou outro projecto: O “*Gender Mainstreaming in der Informationsgesellschaft*” (na Alemanha) que se inscreve no projecto transnacional “*Breaking the Barriers – Cultural Change and Support for Women in Technology*”. Existem também alguns projectos desenvolvidos por Parceiros de Desenvolvimento (PDD) na Finlândia, no Reino Unido, em França, na Holanda, em Espanha. Em Portugal pode fazer-se referência ao *Projecto LUNA* (s/d) e ao *Projecto CIAO!Women* (s/d) apoiado pelo projecto Sócrates/Grundtvig, da Comissão Europeia, cujo parceiro português foi a Universidade de Évora, através do Núcleo Minerva e contando com outros parceiros europeus – Itália, Dinamarca, Letónia, Bulgária.

6. CONCLUSÕES

A União Europeia, tal como todo o contexto internacional, encontram-se numa fase de reestruturação do capitalismo e num processo complexo de transição económica, tecnológica e cultural que provoca inúmeros problemas e resistências e, concomitantemente, novas oportunidades de actuação. Veja-se que o novo paradigma tecnológico ganha cada vez mais velocidade na Europa, estando a provocar perturbações consideráveis em certos sectores da população, em muitas regiões, e a afectar ou a defender os interesses dos actores sociais e instituições políticas com raízes em economias e em sociedades muito diferentes mas cada vez mais homogeneizadas pela força da avaliação dos processos e dos produtos, nomeadamente dos educativos.

A visão globalizada que penetra as políticas educativas da União Europeia tem vindo a consagrar a importância de uma avaliação da educação que assenta no princípio de que a educação de melhor qualidade se traduz na quantificação dos progressos educativos conseguidos, progressos esses que se pensa influírem directamente no rápido desenvolvimento da produtividade económica e que, por isso mesmo, são sujeitos a comparações internacionais e intra nacionais.

Assim, na “nova estrutura social dominante” que assenta em novos processos de reestruturação socioeconómica em muito facilitados pelas tecnologias de informação e comunicação, a educação e a formação das raparigas e das mulheres depara-se com novos desafios, desafios esses que têm vindo a ser descartados nas políticas comunitárias género/TIC, sobretudo nos últimos tempos, e num contexto em que a avaliação dos indicadores e dos resultados numéricos intra-nacionais e internacionais se impõe e se sobrepõe à educação para a igualdade de género em TIC, como se o género fosse neutro no âmbito das TIC e como se as recomendações feitas, sobretudo durante os anos noventa, já tivessem surtido os seus efeitos.

Com esta mudança (abrupta) nas prioridades, como tivemos a oportunidade de explicar, esquece-se o necessário reforço de políticas e de projectos em género/TIC que tenham efectivas repercussões na diluição dos estereótipos de género em relação às TIC e que tenham efectivas

repercussões na e-inclusão e participação das mulheres na dita sociedade da informação e no seu *empowerment*, tal como com as políticas de *mainstreaming* se pretendeu.

Reiteramos, pois, que quando a avaliação das políticas de género assenta, tão somente, na aferição dos resultados obtidos em termos de utilização da internet, por género, e do número de computadores existentes, por família e por estabelecimento de ensino, a igualdade de género em TIC na escola, na Universidade e no trabalho fica beliscada, deixa de ser prioridade política, substituída que é pela apresentação de resultados numéricos que tendem valorizar a existência do manancial tecnológico como se este fosse, por si próprio, sinónimo de uma democracia digital devidamente consolidada na era da globalização.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bencivenga, R., Ramos, J. L., Maio, V., & Festas, M. (2008). “Ciao Women”: Contributos para o Estudo das Necessidades de Aprendizagem ao Longo da Vida Específicas de Mulheres Adultas em Relação às Tecnologias de Informação e Comunicação. *Educação, Formação & Tecnologias*, Vol. 1(1), pp. 11-22. [Em linha] [Acedido em 27 de Julho de 2009, Disponível em <http://eft.educom.pt>]
- Cardoso, G., Costa, A. F., Conceição, C. P., & Gomes, M. do C. (2005). *A sociedade em rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras, Editores.
- Casaca, S. F. (2005). *Flexibilidade de Emprego, Novas Temporalidades de Trabalho e Relações de Género. A Reconfiguração da Desigualdade nos Novos Sectores dos Serviços*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Castells, M. (1999). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol.3. São Paulo: Paz e Terra.
- Franklin, U. (1990). *The Real World of Technology*. Toronto: CBC Enterprises.
- Nunes, F. (2004). O perfil-tipo do trabalhador TIC em Portugal. *Revista TEXTOS de la CiberSociedad*, pp. 53-63. Retirado a 10 de Outubro de 2008 de <http://www.cibersociedad.net>
- Rocha, M. C. J. (2009a). Políticas de Género e Tecnologias de Informação e Comunicação: Da Sociedade do Conhecimento à Economia do Conhecimento. *RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*. Nº. 3, pp. 1-12.
- Rocha, M. C. J. (2009b). Género e Tecnologias da Informação e Comunicação – O Estado da Arte Política na União Europeia e em Portugal. *Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*. Braga: Universidade do Minho, pp.232-241.
- Silva, M. J. D. (2006). A Igualdade, a Não Discriminação e a Percepção da Dimensão de Género: Problemas e Perspectivas no Domínio das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação. *Avaliação de Locais Virtuais de Conteúdo Educativo*. Cadernos SACAUSEF (Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de *Software* para a Educação e a Formação) Nº 2, pp. 17-23. Lisboa: CRIE, Ministério da Educação.
- Silva, M. J. D. & Ferreira, E. (2007). Promoção da Igualdade de Género em Recursos Educativos Informatizados: Reflexão sobre Alguns Exemplos. *A Dimensão do Género nos Produtos Educativos Multimédia*. Cadernos SACAUSEF (Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de *Software* para a Educação e a Formação) Nº 3, pp. 61-67. Lisboa: CRIE, Ministério da Educação.

8. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Acidd (2008). *ICT2008 - Europe's biggest event for ICT*. Retirado a 14 de Julho de 2009 de www.acidd.com/UPLOAD/.../128_rubrique.php.

Acidd (2007). *Third International forum TIC 21*. Retirado a 14 de Julho de 2009 de www.acidd.com/UPLOAD/media/file/169_TIC21e-EV.pdf

Anacom (2009). Estudo sobre a adesão e o impacto das e.iniciativas. Relatório Final. Retirado a 13 de Dezembro de 2010 de www.anacom.pt/.../relatorio_einiciativas_adesao_impactoDez09.pdf

Comissão Europeia (2000). *Os números-chave da educação na europa* (1999/2000). Retirado a 14 de Março de 2008 de http://eurydice.giase.min-edu.pt/images/stories/doc_port/2000/kd9900.pdf

Comunicação Eeuropa - Sociedade da Informação para todos (1999). Retirado a 8 de Abril de 2008, de eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=fi&ihtmlang=fi&lng1=fi,pt&lng2=da,de,el,en,es,fi..

Comunicação Eeuropa 2002 - Impacto e prioridades (2001). Retirado a 28 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226a.htm

Comunicação Eeuropa 2005 - Sociedade da Informação para todos (2002). Retirado a 28 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm

Comunicação sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do conselho europeu de lisboa (2002). Retirado a 14 de Março de 2008 de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0629:FIN:PT:PDF>

Comunicação da comissão relativa à agenda social (2005). Retirado a 08 de Maio de 2008 de infoeuropa.eu/ocid.pt/opac/?func=service-media-exec&doc_library=CIE01&doc_number=000033981&me...

Comunicação desafios da Sociedade da Informação europeia pós-2005 (2004). Retirado a 29 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24262.htm

Comunicação – i2010 uma Sociedade da Informação Europeia para o crescimento e o emprego (2005). Retirado a 28 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm

Comunicação – iniciativa europeia i2010 sobre info-inclusão “participar na sociedade da informação” (2007). Retirado a 09 de Maio de 2008 de

http://ec.europa.eu/information_society/activities/einclusion/docs/i2010_initiative/comm_native_com_2007_0694_f_pt_acte.pdf

Conclusões da presidência do conselho europeu de Nice (2000). Retirado a 14 de Março de 2008 de www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm

Conselho Europeu de Lisboa (2000). Retirado a 14 de Março de 2008 de http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes2/Concl_Presid_C_Europeu_Lisboa.pdf

Declaração de princípios: construir a sociedade da informação: um desafio global no novo milénio (2003). Retirado a 29 de Maio de 2008 de www.fbln.pro.br/.../CMSI_declaracaoprincipios_Genebra2003.pdf

Declaração de pequim adoptada pela quarta conferência mundial sobre as mulheres: acção para igualdade, desenvolvimento e paz (1995). Retirado a 14 de Março de 2008 de www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm

Declaração de Riga – Internet for all: EU Ministers Commit to an inclusive and barrier-free information society (2006). Retirado a 09 de Maio de 2008 de v1.dpi.org/lang-en/resources/topics_detail?page=647

Eurydice (2004). *Chiffres clés des technologies de l'information et de la communication a l'école en europe – édition 2004*. Retirado a 29 de Maio de 2008 de http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/key_data_series/048FR.pdf

Eurydice (2007). *O ensino das ciências nas escolas da europa - políticas e investigação*. Retirado a 29 de Junho de 2008 de eacea.ec.europa.eu/ressources/eurydice/pdf/0.../081PT.pdf –

Eurostat (2007). *Gender differences in the use of computers and the internet*. Retirado a 09 de Maio de 2008 de http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-07-119/EN/KS-SF-07-119-EN.PDF

Livro branco – crescimento, competitividade e emprego. Os desafios e as pistas para entrar no século xxi (1993). Retirado a 19 de Junho de 2008 de aei.pitt.edu/view/year/1993.html

Livre vert – vivre et travailler dans la société de l'information: priorité à la dimension humaine (1996). Retirado a 19 de Junho de 2008 de europa.eu/documents/comm/green_papers/pdf/com96_389_fr.pdf

Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal (19997). Retirado a 08 de Abril de 2008 de www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2010). *Oferta e procura de formação em TIC no Ensino Superior* [1999-2000 a 2009-2010]. Retirado a 13 de Dezembro de 2010 de http://www.gpeari.mctes.pt/archive/doc/formacaoTIC_2010.pdf

Plano de acção Eeurope 2005: uma Sociedade da Informação para todos (2002). Retirado a 28 de Maio de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm

Plano nacional de acção para a inclusão - Portugal 2001-2003 (2001). Retirado a 01 de Maio de 2008 de http://www.pnai.pt/docs/Quadro_analise_execucao_resumo.pdf

Plano tecnológico da Educação (2007). Retirado a 01 de Maio de 2008 de www.escola.gov.pt/

III Plano nacional para a igualdade - cidadania e género 2007-2010 (2007). Retirado a 08 de Abril de 2008 de <http://www.mai.gov.pt/data/documentos/Outros%20Documentos/pni.pdf>

Programa elearning para a integração efectiva das tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos sistemas europeus de educação e formação (2004-2006) (2003). Retirado a 28 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11073.htm

Programa ligar Portugal – um programa de acção integrado no plano tecnológico do xvii governo: mobilizar a sociedade de informação e do conhecimento (2005). Retirado a 18 de Junho de 2008 de www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/81BFF50D-AF1F-48E0-B28B-952AB9D7FF9D/0/Ligar_Portugal.pdf

Proposta de resolução do parlamento europeu sobre o relatório da comissão sobre as mulheres na nova sociedade da informação (2003). Retirado a 02 de Abril de 2008 de www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A5-2003-0279+0+DOC+XML+V0//PT

Recomendação sobre formação profissional de mulheres (1987). Retirado a 18 de Junho de 2008 de <http://eur->

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31987H0567:PT:HTML

Relatório – construire la société européenne de l'information pour tous (1997). Retirado a 28 de Maio de 2008 de ec.europa.eu/employment_social/knowledge_society/library_fr.htm

Relatório sobre os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos (2001). Retirado a 02 de Abril de 2008 de europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm

Relatório pensar o futuro da educação - promover a inovação através das novas tecnologias (2000). Retirado a 28 de Abril de 2008 de ec.europa.eu/education/archive/elearning/rappt.pdf

Relatório – realização das estratégias de educação e de formação ao longo da vida na europa: resposta ao questionário da comissão – portugal (2003). Retirado a 02 de Abril de 2008 de ec.europa.eu/education/policies/2010/III_report/III_pt_pt.pdf

Resolução sobre o futuro da estratégia de lisboa, na perspectiva do género (2004). *Jornal Oficial da União Europeia*, 24.11.2006. Retirado a 14 de Março de 2008 de www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/22Resol.pdf

Unifem (2008). *Gender and Accountability*. Retirado a 14 de Dezembro de 2008 de www.unifem.org/progress/2008/media/POWW08_Report_Full_Text.pdf

World Bank (2006). *A Igualdade dos Géneros como Boa Economia: Um Plano de Acção do Grupo Banco Mundial (Anos Fiscais 2007 – 10)*. Retirado a 14 de Dezembro de 2008 de siteresources.worldbank.org/INTGENDER/Resources/GAPReportPor.pdf

Abstract: Although girls and women are not on an equal circumstances in relation to men in the access to information and networks in society and in the knowledge economy that constitute the era of globalization and are not on an equal circumstance in science and technology courses and in the labour market on ICT, education policies have focused their attention and their speeches on the requirements of "networked society" and, above all, informational/global economy". Thus, at international level, community and national levels, the weight of these instrumental policies has been to no encourage education/training of girls and women to gender equality in ICT and to give priority to the consolidation of a type of evaluation for Scouting and intra-and international comparison nationals of existing media educational products. Therefore, projects and concrete measures to detect and invalids gender's stereotypes that continue to proliferate within gender/ICT are scarce as the level of the study of gender representations in multimedia products or in the construction of these products, as the general level. This document discusses the principles and the consequences of this globally formulated educational policy and therefore drain on national education systems, particularly, in Portugal.

Keywords: Evaluation, Education, Training, Gender, Information and Communication Technologies.

Texto:

- Submetido: Julho de 2010.
- Aprovado: Novembro de 2010.

Para citar este artigo:

Rocha, M. C. J. (2011). Quando a avaliação se torna prioridade política, a educação para a igualdade deixa de o ser: políticas de género e TIC na era da globalização. *Educação, Formação & Tecnologias*, 4(1), 4-16. [Online], disponível a partir de <http://eft.educom.pt>.